

A INTERVENÇÃO EM EDIFÍCIOS ANTIGOS E A ACTUALIDADE DAS TEORIAS DO PATRIMÓNIO

Rui Fernandes Póvoas^{1*}, Joaquim Teixeira²

1: Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo - CEAU
Faculdade de Arquitectura
Universidade do Porto
Rua do Gólgota 215, 4150-755 Porto
e-mail: rpovoas@arq.up.pt web: <http://www.ceau.arq.up.pt/>

2: Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo - CEAU
Faculdade de Arquitectura
Universidade do Porto
Rua do Gólgota 215, 4150-755 Porto
e-mail: jteixeira@arq.up.pt web: <http://www.ceau.arq.up.pt/>

Palavras-chave: Metodologias de intervenção; Edifícios correntes; Casas burguesas; Porto

Resumo. *A classe de salvaguarda correspondente aos “conjuntos” tende a revelar-se insuficiente, porquanto no seu grau de generalização, centrado nas volumetrias, nos alçados e noutros aspectos de morfologia urbana, negligencia-se o elevado valor de muitos dos edifícios correntes, e anónimos, que compõem estes conjuntos, como é o caso das casas burguesas do Porto. Conscientes da impossibilidade de mover os meios e os recursos necessários, na fase de projecto, a uma adequada protecção e valorização deste património, tem-se desenvolvido uma investigação para a concepção de uma metodologia que vise agilizar o processo de intervenção. Em traços gerais, a metodologia, que assenta em princípios de respeito pelo valor do existente, e de sustentabilidade, baseia-se na tipificação de procedimentos a partir de um modelo construtivo dos edifícios.*

A investigação desenvolvida tem permitido constatar a actualidade dos conceitos teóricos das doutrinas que antecederam os documentos internacionais, do “restauro estilístico” ao “restauro crítico”, num período compreendido entre o início do século XIX e a segunda metade do século XX. Nesta sequência, propõe-se apresentar os conceitos subjacentes à referida metodologia de apoio ao projecto de intervenção no sistema construtivo das casas burguesas do Porto, identificando as diversas influências e outros tipos de relações com as ideias, os princípios ou os critérios das doutrinas patrimoniais, salientando deste modo a sua intemporalidade e universalidade.

A tipificação dos estilos proposta por Viollet-le-Duc; a conservação como única atitude admissível, defendida por Ruskin; as reconstruções integrais “com’era dov’era”, de Beltrami; os princípios de Boito; as acções operativas de restauro de Giovannoni; a transposição para a arquitectura da teoria de Brandi, entre outros, representam ideias que de algum modo contribuíram para a concepção da metodologia desenvolvida.

1. INTRODUÇÃO

A reabilitação do Centro Histórico do Porto iniciou-se logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, com o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB). Com um percurso marcado por alguma atribulação e por um reduzido número de intervenções, o maior sucesso desta entidade foi a classificação, pela UNESCO, deste centro histórico como Património Mundial da Humanidade, em 1996.

Em 2001, o evento da Capital Europeia da Cultura despoletou a realização de algumas obras de infra-estruturação e reabilitação de alguns espaços públicos e equipamentos, que se revelaram, contudo, de reduzida eficácia para a reabilitação urbana da cidade.

A extinção do CRUARB e a fundação de uma Sociedade de Reabilitação Urbana, a Porto Vivo SRU, em 2004, não tem contribuído para inverter o estado de degradação urbana, bem pelo contrário, através de actuações com resultados parcos e, no mínimo, muito questionáveis. Com efeito, a sua política de actuação não tem promovido a tão desejada reabilitação urbana integrada, caracterizando-se, bem pelo contrário, por intervenções completamente opostas à cultura universal da salvaguarda do património urbano, fundada em décadas de debate internacional. Intervenções à escala do quarteirão, com significativa alteração da matriz cadastral e fundiária dos lotes, e introduzindo profundas alterações de uso; actuação “fachadista” à escala do edificado, através da demolição integral do existente, mantendo apenas as paredes das fachadas da rua e reconstruindo todo o edifício com técnicas actuais; introdução de uma *gentrificação* extemporânea, através da promoção de habitação de “elevado standard”, são algumas das práticas identificadas que justificam as reservas apontadas à actuação da Porto Vivo SRU.

Simultaneamente, tem-se assistido a uma revitalização da cidade mais silenciosa e anónima, de iniciativa privada, apoiada, entre outros factores, pela recente explosão do turismo “*low-cost*”, cuja dimensão e qualidade começam a criar um impacto positivo na dinâmica urbana. Paralelamente, é cada vez mais evidente a apetência das novas gerações pelo regresso ao centro da cidade, que apenas não alcança uma maior dinâmica devido à falta de apoios e incentivos, quer a nível autárquico, quer nacional.

Estas intervenções têm, todavia, ainda um reduzido impacto à escala da cidade, do centro histórico à periferia consolidada, bastando para tal observar o grau de degradação do edificado de qualquer uma destas áreas, e as condições difíceis em que vive a sua população residente, grande parte da qual idosa.

Os dados do últimos inquérito censitário [1] confirmam que o Porto continua a perder população, com maior incidência nas freguesias do centro histórico, e que os edifícios em mau estado de conservação não cessam de aumentar.

A reabilitação nunca foi tão pertinente e tão referida como na actualidade, designadamente em face do contexto de crise que o país atravessa, particularmente no sector da construção civil.

Importa assim salvar o edificado do presente estado de degradação em que se encontra. No entanto, tal tarefa deve ser assegurada por promotores informados e empresas habilitadas que, ao intervirem de forma criteriosa, salvaguardem o valor patrimonial dos edifícios que, justamente, se propuseram reabilitar.

2. A IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFICADO URBANO HISTÓRICO

A investigação desenvolvida sobre o edificado tradicional e corrente da cidade do Porto – a casa burguesa, inicialmente centrada na caracterização do seu sistema construtivo [2] -, actualmente, tem sido dedicada à concepção de uma metodologia de intervenção nestes edifícios, visando informar e agilizar o processo de projecto e, conseqüentemente, a obra.

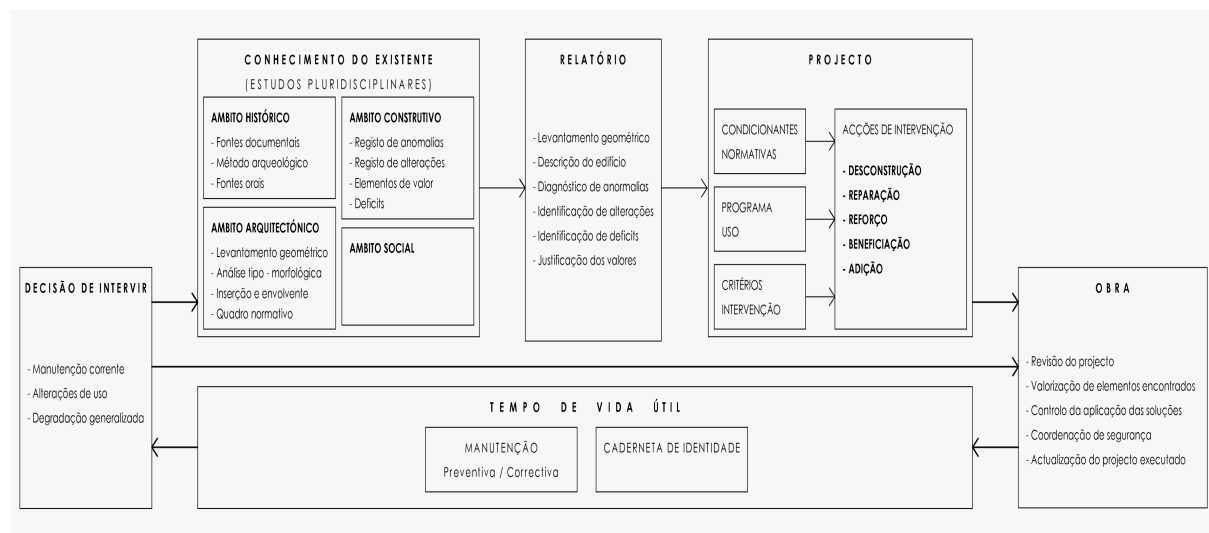
Importa aqui salientar que foi o conhecimento aprofundado das características do sistema construtivo

das casas burguesas que determinou a orientação da investigação para a concepção de uma metodologia de projecto de reabilitação.

3. METODOLOGIA DE APOIO AO PROJECTO DE INTERVENÇÃO NOS EDIFÍCIOS CORRENTES DA CIDADE DO PORTO

A metodologia de intervenção baseia-se em seis etapas principais e respectivas sequências de acções, sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1. Organograma da metodologia, adaptado de Casanovas [3]



A metodologia estrutura-se com base no modelo construtivo das casas (Figura 1), concebido a partir da investigação que tem sido efectuada a uma amostragem significativa de edifícios localizados maioritariamente no Centro Histórico [4].

O modelo construtivo procura representar as características comuns às casas, ou seja, aquelas que são observadas com maior frequência na amostra estudada. A informação é organizada do geral, em plantas, cortes e alçados (Figura 1), para o particular, em diferentes níveis de pormenor, nunca inferior à escala 1/50, atingindo as escalas de detalhe, 1/2 e 1/1.

3.1. Conhecimento do existente

A primeira fase de qualquer intervenção em edifícios antigos, independentemente do seu tipo ou grau de profundidade, corresponde ao conhecimento do existente, que dependerá das condições em que se encontra o edifício e da informação disponível.

Este conhecimento assenta em três principais etapas: levantamento geométrico, registo das alterações correntemente introduzidas e levantamento dos danos.

3.1.1 Levantamento geométrico

O modelo construtivo deverá facilitar a compreensão do edifício a interencionar, através do estabelecimento de co-relações entre o modelo e o existente (Figura 2), agilizando deste modo o seu levantamento, geralmente sujeito a vários constrangimentos, principalmente quando os edifícios se encontram ocupados.

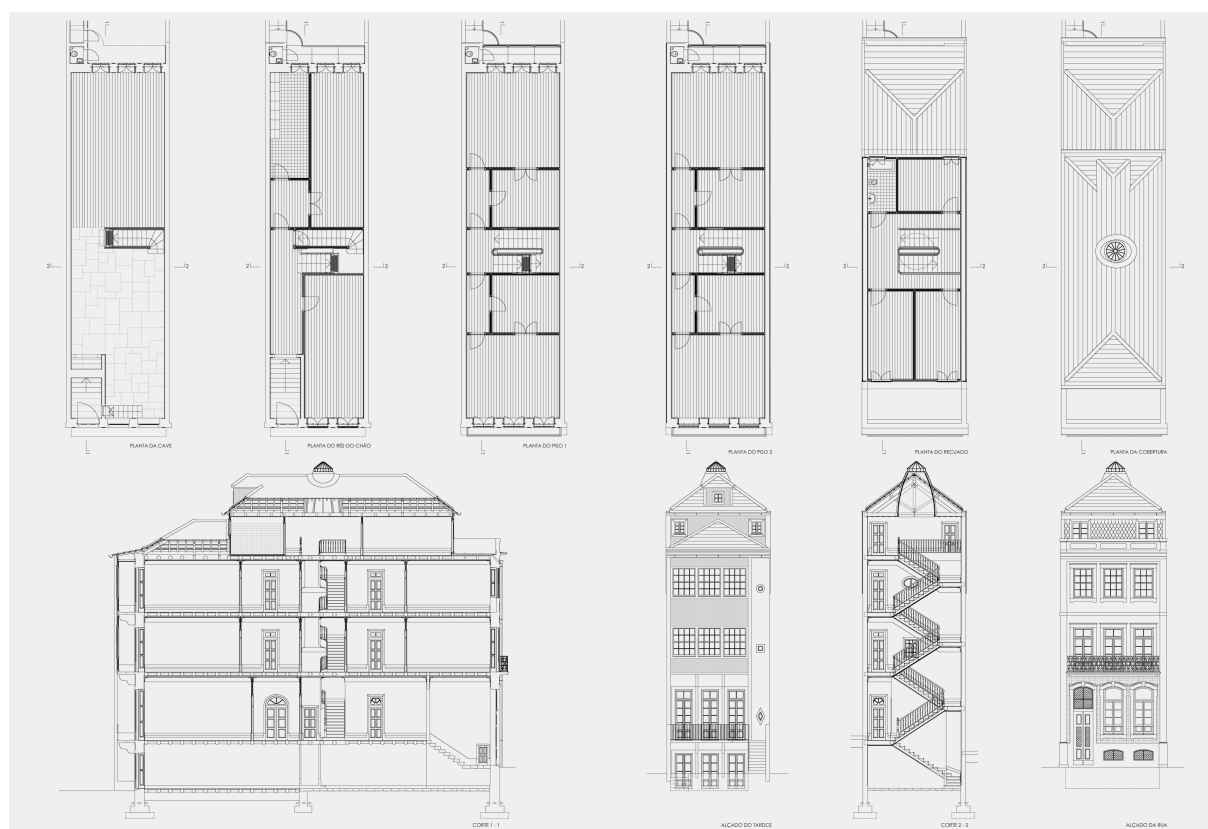


Figura 1. Plantas, cortes e alçados do modelo construtivo das casas burguesas do Porto.

3.1.2 Alterações correntemente introduzidas

Referem-se a todas as alterações pontuais, de pequena dimensão, introduzidas pela iniciativa dos utentes, não sujeitas a licenciamento e recorrendo a mão de obra não qualificada para a sua execução. Habitualmente decorrentes de reparações de danos, de mudanças de uso ou relacionadas simplesmente com questões de gosto, estas alterações, na sua generalidade reversíveis, criam incompatibilidades graves com o sistema construtivo existente, para além de comprometerem frequentemente a imagem do edifício.

O levantamento das alterações é importante para o projecto de intervenção, pois deverá contribuir para a discussão do seu valor e, conseqüentemente, determinar as acções de intervenção [3 e 4].

Tomando como referência o modelo construtivo das casas, a tipificação das alterações mais frequentes organiza-se por elemento, ao qual corresponde uma ficha de registo com dados sobre as suas características, soluções de reparação e prevenção, bem como um desenho ilustrado com fotos exemplificativas (Figura 3).

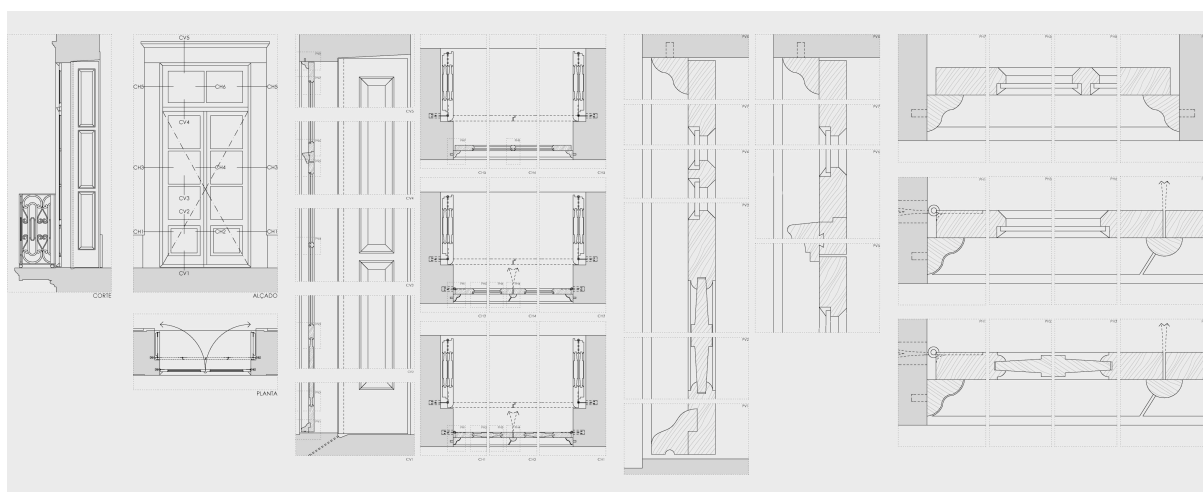


Figura 2. Janelas de sacada, pormenores construtivos em diferentes graus de detalhe.

3.1.3 Danos mais frequentes

À semelhança das alterações, a definição do quadro patológico dos danos mais frequentes está associada ao modelo construtivo, devendo contribuir de forma significativa para a agilização das inspeções necessárias, cuja fiabilidade está muito dependente da experiência dos peritos.

O quadro patológico apresentado, associado a danos pouco ou moderadamente graves, não deverá obviar a realização de inspeções mais profundas, sempre que os indícios existentes assim o exigirem [4].

Para cada componente do sistema construtivo existe uma ficha de registo com a descrição do dano, suas causas, consequências, soluções de reparação, bem como formas de prevenção (Figura 4).

3.2. Intervenção

As intervenções em edifícios existentes revestem-se de diferentes naturezas, que vão da realização de simples obras de conservação até à execução de obras específicas de restauro, passando por acções de reabilitação, que podem contemplar ampliações significativas com construção de raiz.

As propostas de intervenção obedecem a dois critérios orientadores fundamentais: i) o respeito pelo carácter e autenticidade do existente e ii) a observação dos princípios para uma actuação sustentável, de respeito pelo ambiente.

Subjacente às várias intervenções consideram-se cinco acções principais: i) demolição selectiva; ii) reparação de danos; iii) reforço estrutural; iv) beneficiação do desempenho; e v) adição de novos elementos.

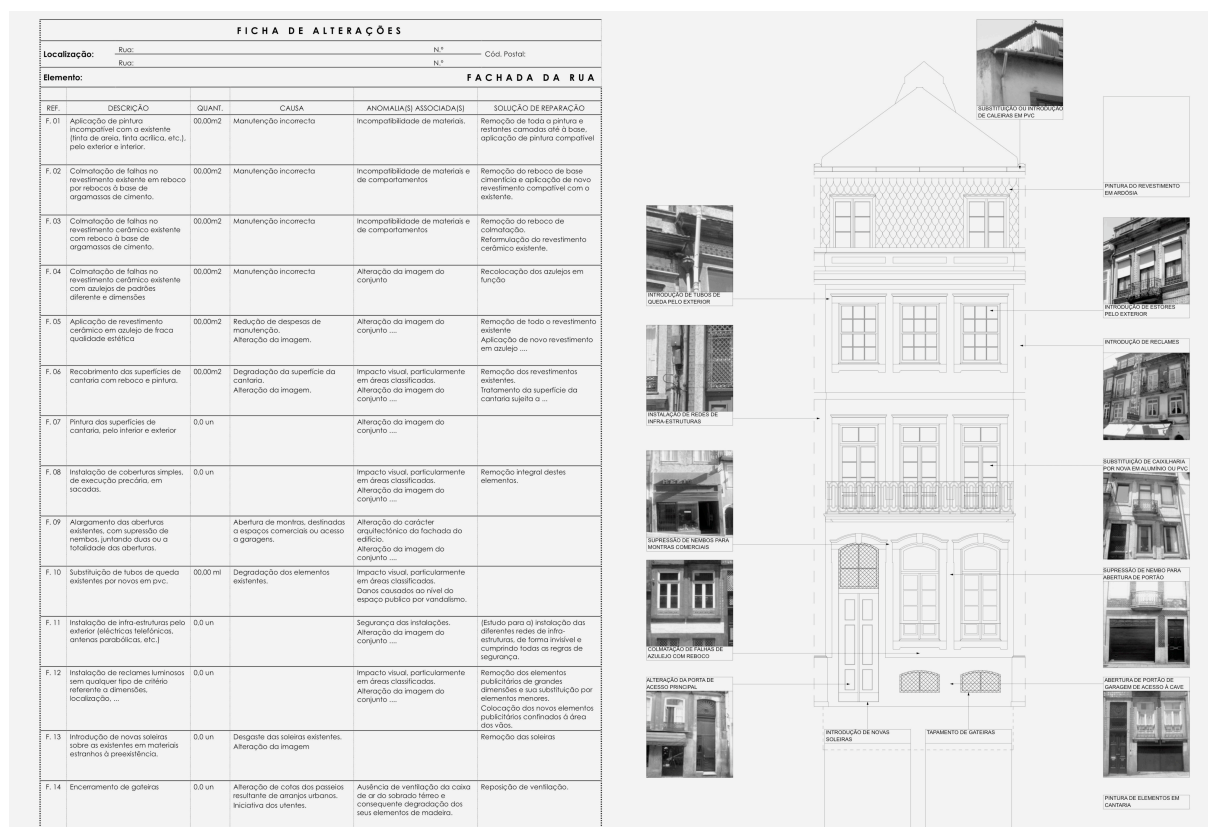


Figura 3. Tipificação das alterações correntemente introduzidas nas fachadas da rua. Sistematização a partir do desenho do alçado e da respectiva ficha de registo.

A necessidade de efectuar demolições dependerá do estado de conservação do existente, do seu valor patrimonial e de opções gerais de projecto. Em qualquer dos casos, a demolição deverá ser efectuada de forma selectiva, separando os seus produtos em quatro destinos: reutilização, reciclagem, incineração e deposição em aterro [4].

A reparação de danos é uma das principais e mais amplas acções, podendo abranger todo o espectro de intervenções, desde os simples trabalhos de manutenção, aos diferentes tipos de reabilitação (Figura 5). Destina-se a reparar os danos existentes, aumentando assim a qualidade do desempenho dos edifícios e prolongando o respectivo tempo de vida útil [4].

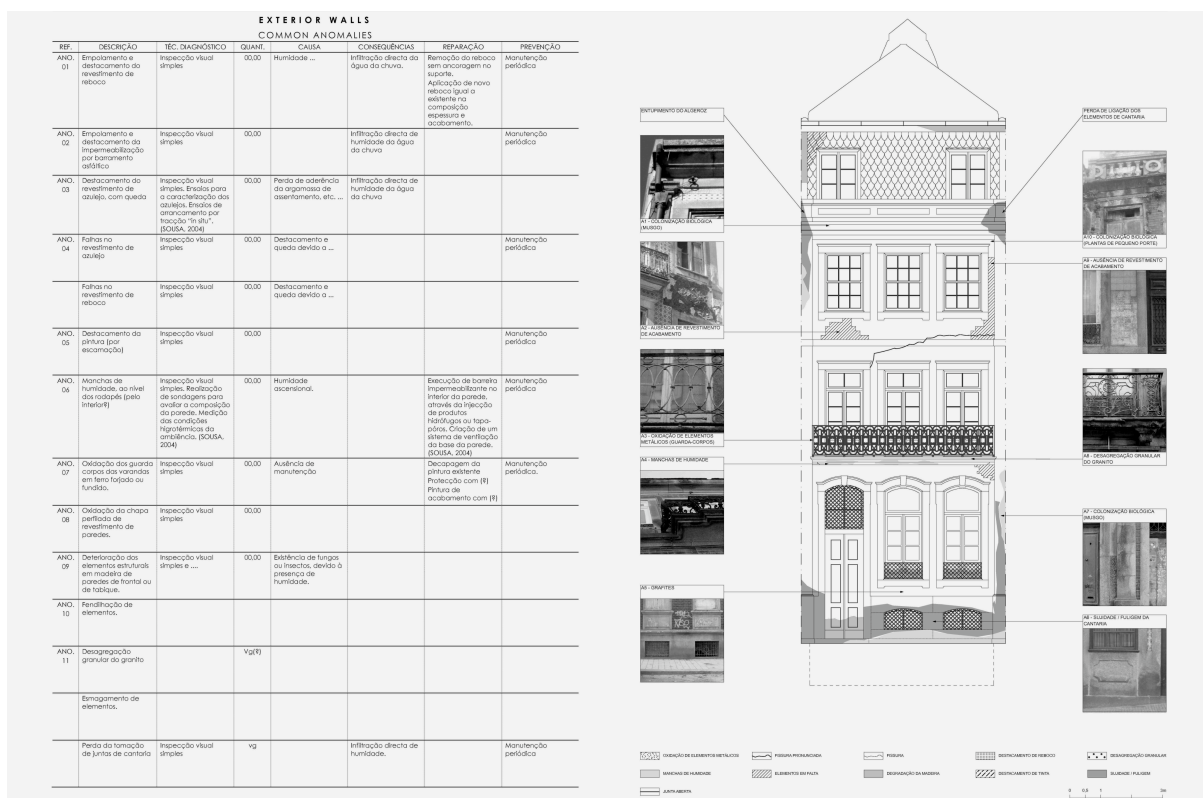


Figura 4. Tipificação das anomalias mais frequentes nas fachadas da rua – sistematização a partir do desenho do alçado e respectiva ficha de registo.

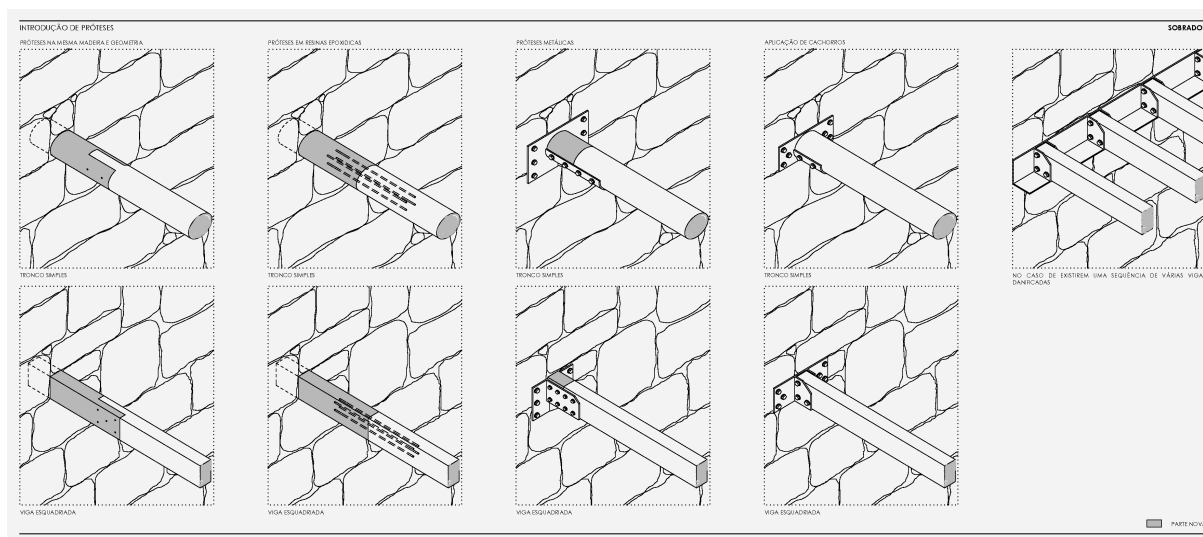


Figura 5. Soluções de reparação de vigas (roladas e esquadriadas) de sobrado.

O reforço estrutural corresponde a uma acção individualizada devido à sua especificidade em função dos diferentes elementos (Figura 6). A necessidade da sua aplicação poderá decorrer da redução do desempenho dos elementos estruturais ou de alterações de uso [4].

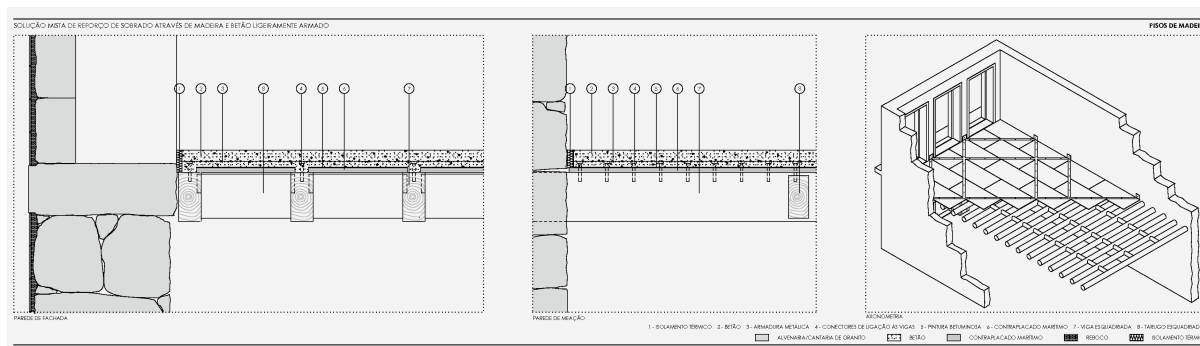


Figura 6. Exemplo de reforço estrutural de pisos.

A beneficiação do desempenho insere-se em intervenções de reabilitação médias a profundas (Figura 7), podendo contemplar melhorias de conforto ambiental, de salubridade, de desempenho energético, etc. [4].

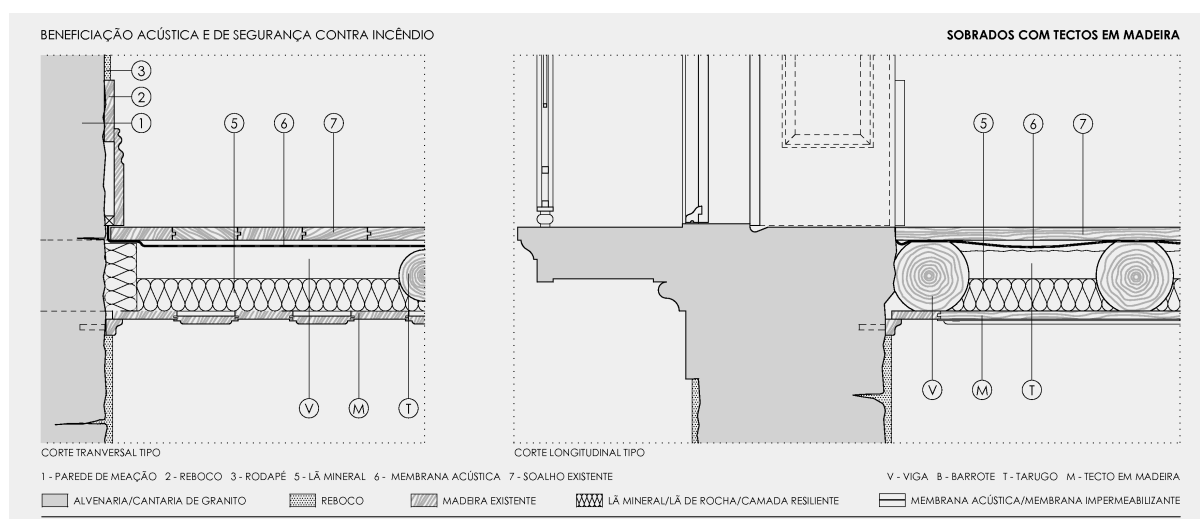


Figura 7. Exemplo de beneficiação do desempenho térmico, acústico e de segurança contra incêndios de sobrados. Nível 1 - básico, com manutenção de soalhos e tectos existentes.

A adição de novos elementos pode efectuar-se de forma pontual, no decurso de simples operações de beneficiação ou reparação, ou em acções mais complexas e profundas (Figura 8), envolvendo geralmente ampliações volumétricas dos edifícios, em altura ou em planta [4].

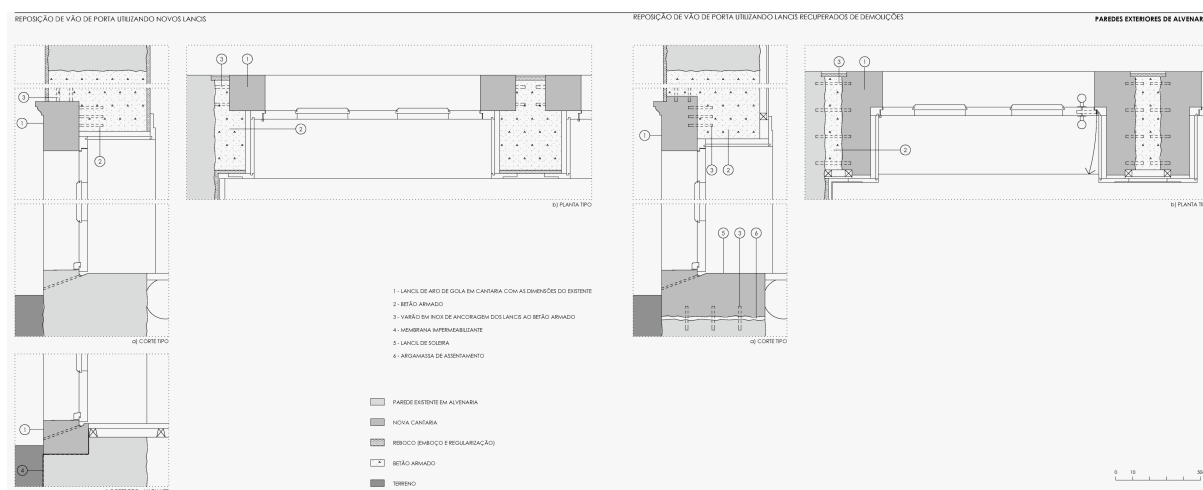


Figura 8. Exemplo de adição de novos elementos na reconstituição de vãos exteriores.

4. A METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO E A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS DO PATRIMÓNIO

As principais teorias da salvaguarda do património arquitectónico, além de muito recentes na longa história da arquitectura mundial, estiveram quase sempre associadas a edifícios excepcionais, de carácter monumental, excepção feita ao pensamento conservador e visionário de John Ruskin (1819-1900), que elevou a arquitectura humilde e doméstica ao mesmo nível dos edifícios monumentais [5].

A leitura sobre qualquer abordagem teórico-histórica às ideias que envolveram a concepção das referidas doutrinas revela, não só, a actualidade de algumas das problemáticas, mas também a forma de as enfrentar, o que traduz a dimensão universal e intemporal que possui a tarefa de intervenção em edifícios antigos.

Este facto encontra-se aliás bem marcado na influência que, se assume, estas teorias tiveram na concepção da metodologia de intervenção em apreço e que se procura à frente sumariamente descrever.

4.1. A preservação da autenticidade e o movimento de *Anti-Restauro* de Ruskin

Uma das principais premissas da metodologia de intervenção centra-se no respeito pelo existente, particularmente no que se refere aos materiais e sistemas construtivos, como forma de preservação do carácter e autenticidade dos edifícios e da sua arquitectura.

Este posicionamento assume desde logo uma tendência que do lado da história está associada à linha conservacionista, iniciada com o movimento anti-restauro de Ruskin e, posteriormente, continuada por Boito e Giovannoni.

A pertinência desta opção deverá ser tão importante quanto maiores forem os valores patrimoniais presentes no edifício e melhor a condição do seu estado de conservação.

Sem o radicalismo militante de Ruskin, considera-se no entanto que só uma manutenção e conservação permanentes poderão prolongar o tempo de vida útil dos edifícios e preservar a sua autenticidade.

Também as preocupações ecológicas e ambientais que constituem outra das premissas da metodologia desenvolvida, associada à prática de uma construção sustentável, se podem fundar na tendência conservacionista, surpreendentemente abordada por Ruskin tão precocemente[6].

Existe todavia o reconhecimento, e a convicção, de que a preservação e reutilização deste património histórico, doméstico e corrente, só é possível com a sua adequação a uma grande

parte das exigências do habitar próprias dos dias de hoje (normativas e de hábitos), pelo que se torna inevitável intervir no existente.

4.2. A necessidade de intervenção no existente e o *Restauro Estilístico* de Viollet-le-Duc

Sobre este aspecto, a metodologia proposta assume também, de alguma forma, o posicionamento da linha intervencionista, iniciada com o restauro estilístico de Viollet-le-Duc. Rejeitando-se a atitude idealista de Viollet-le-Duc, conotada historicamente com abordagens ecléticas, considera-se que na intervenção sobre as casas burguesas do Porto também é válida a manutenção de uma unidade arquitectónica, garantida por alguns elementos estilísticos dos edifícios, individualmente e à escala dos conjuntos, que concorra para a sua preservação e do ambiente urbano, em sintonia, de resto, com as orientações avançadas, mais tarde, por Giovannoni [7 e 8].

Por conseguinte, no caso particular da intervenção impor alterações sobre o existente, deverá ser garantida a procura de uma unidade para a edificação, que não altere o equilíbrio do conjunto.

Sobre a metodologia de Viollet-le-Duc e das doutrinas ligadas ao movimento intervencionista, importa referir a importância do conhecimento do existente, obtido através de um estudo histórico e ou arqueológico aprofundado, recorrendo aos mais diversificados tipos de fontes.

No presente caso, a sistematização e tipificação do conhecimento adquirido sobre o sistema construtivo das casas burguesas do Porto conduziu à concepção de um modelo construtivo sobre o qual se estrutura e desenvolve a metodologia de intervenção proposta.

4.3. A actualidade dos princípios do *Restauro Moderno* de Boito

Os princípios do *restauro moderno* de Boito mantêm-se actuais, podendo ser perfeitamente adequados a edifícios correntes e, conseqüentemente, concorreram para o conjunto de critérios da metodologia de intervenção proposta, designadamente: na diferenciação de estilo e de materiais entre o existente e a proposta nova; eventual inscrição de data e signo em todas as partes novas; no registo da intervenção, desenhado, fotografado e escrito, a ser arquivado junto com o projecto, procedimento tanto mais pertinente quanto maiores forem os valores patrimoniais presentes no edifício; no compromisso para com a notoriedade visual das acções realizadas [6 e 7].

4.4. A semelhança com as acções operativas do *Restauro Científico* de Giovannoni

As principais acções de intervenção contempladas na presente metodologia: demolição selectiva, reparação de danos, reforço estrutural, beneficiação do desempenho e adição de novos elementos, encontram algum paralelo com as acções operativas de restauro propostas por Giovannoni: consolidação, recomposição, remoção, completamento e adição.

A consolidação, que era, muito apropriadamente, a acção mais importante para Giovannoni, visa garantir o prolongamento do tempo de vida útil dos edifícios. Contudo, na época aceitava-se a utilização de materiais modernos, como o betão armado, desde que ficassem dissimulados. Esta opção, recomendada em 1931 pela Carta de Atenas para o Restauro, da qual Giovannoni foi um dos principais redactores, é actualmente muito contestada, sendo apenas admitida quando demonstrada a compatibilidade com o existente e na ausência de soluções alternativas menos intrusivas.

Em certos edifícios em que se pondere a recomposição, esta poderá ser efectuada por *anastilosis* e, não sendo possível a sua recuperação total, podem admitir-se complementos, desde que o seu número não ultrapasse o das peças originais e na condição das novas peças se destacarem pela sua contemporaneidade.

Também o critério para a remoção de elementos, quando estes carecerem de toda a classe de valores e o seu desaparecimento não afectar o edifício, nem o deixar mutilado, continua válido na actualidade.

O mesmo se passa com a introdução de adições, que devem ficar devidamente identificadas, recorrendo a estilos marcadamente distintos e aplicando materiais diferentes dos originais, com elementos decorativos estilizados, de modo a que o produto final não resulte numa falsificação do original [5 e 6].

4.5. Os documentos internacionais e a consensualização dos critérios de intervenção

A profusão de documentos internacionais produzidos na sequência da Carta de Atenas para o Restauro, de 1931, decorrem do alargamento do debate internacional, mas também da consensualização de posições que vão progressivamente adquirindo maior abrangência.

É o caso dos critérios gerais de intervenção constantes dos principais documentos internacionais e adoptados pela metodologia proposta, designadamente: i) conhecimento das preexistências, através do estudo arquivístico e da realização dos levantamentos necessários; ii) preservação do existente, desde os valores, às características de uso, até aos aspectos técnicos e materiais; iii) adaptação do novo programa e uso às limitações do edifício a intervir; iv) integração de adições com o existente; v) melhoramento das condições existentes e nunca a sua adulteração; vi) cumprimento normativo e exigencial, directamente proporcional à profundidade da intervenção, significando que as intervenções mais intrusivas devem tendencialmente cumprir a legislação em vigor; vii) reversibilidade das soluções propostas, facilitando futuras intervenções; viii) preservação de alterações previamente introduzidas, pois possuem um valor cultural associado à vivência do edifício; ix) compatibilidade dos materiais e sistemas construtivos propostos com os preexistentes, enquanto condição necessária para garantir a eficácia e durabilidade da intervenção; x) visibilidade e identidade da intervenção; xi) participação das populações, desde a fase de projecto, passando pela obra à utilização pós-obra.

5. CONCLUSÕES

É inegável a importância da salvaguarda da autenticidade do edificado corrente da cidade histórica, através da sua conservação, pois trata-se de um recurso insubstituível. Contudo, importa reconhecer que a sua sobrevivência só é possível se este for habitado, devendo para tal ter de ir ao encontro das necessidades actuais das pessoas.

Esta constatação permanece válida, mesmo quando se trata da salvaguarda de um edificado corrente urbano de valor patrimonial, como é o caso das casas burguesas do Porto localizadas em área protegida, pelo que se torna inevitável a sua transformação, devendo contudo a intervenção ser pautada pelo respeito pelo existente.

Por conseguinte, a filosofia subjacente à metodologia de intervenção proposta no presente trabalho procura encontrar uma complementaridade entre as duas tendências históricas, a conservacionista e a intervencionista, à semelhança do que procurou alcançar a teoria do *restauro crítico* de Brandi: conservar e reintegrar o valor expressivo da obra, para assim alcançar a libertação da sua verdadeira forma [6].

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) à unidade de I&D a que estão associados – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Universidade do Porto (CEAU-UP).

REFERÊNCIAS

- [1] INE, *Censos 2011 - Resultados preliminares*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011).
- [2] J. Teixeira, *Descrição do Sistema Construtivo das Casas Burguesas do Porto entre os*

- Séculos XVII e XIX. Contributo para uma História da Construção Arquitectónica em Portugal.* Porto, FAUP (2004).
- [3] X. Casanovas, *et al.*, *Método RehabiMed. Arquitectura Tradicional Mediterrânea. Rehabilitación. Ciudad y Territorio. El Edificio.* Barcelona: Col·legi d'Aparelladors i Arquitectes Tècnics de Barcelona (2008).
- [4] J. Teixeira e R. F. Póvoas, *Tipificação das alterações correntemente introduzidas no sistema construtivo das casas antigas do Porto.* In PATORREB 2009 - Actas do 3.º Encontro sobre Patologia e Reabilitação de Edifícios. Vol. II, Porto, FEUP (2009), pp. 697-702.
- [5] J. Teixeira e R. F. Póvoas, *Metodologia de Apoio ao Projecto de Reabilitação das Casas Burguesas do Porto. Conceitos e Critérios Definidores.* In PATORREB 2012 - Actas del 4.º Congreso de Patología y Rehabilitación de Edificios. Santiago de Compostela, Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, (2012).
- [6] F. Choay, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70 (2000).
- [7] J. Jokilehto, *A history of architectural conservation*, Oxford, Butterworth-Heinemann (1999).
- [8] J. Blanco, *De Varia Restauratione. Teoría e Historia de la Restauración Arquitectónica.* Madrid, Abada Editores S.L. (2008).